COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.180, DE 2014

(Apenso o PL nº 7.181/14)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Autor: Deputado ERIVELTON SANTANA

Relator: Deputado ARIOSTO HOLANDA

I - RELATÓRIO

Os projetos de Lei em análise, ambos de autoria do nobre Deputado Erivelton Santana, visam ao estabelecimento de regra pela qual o ensino seja ministrado tendo, também, como princípio o respeito às convicções do aluno, de seus pais, com a precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

No primeiro caso, a alteração dá-se pela via da inserção de dispositivo na LDB e no segundo, por meio de previsão de lei decenal de parâmetros curriculares.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição que figura como principal visa inserir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, entre os princípios a partir dos quais será ministrado o ensino, dispositivo nos seguintes termos:

“XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.”

A proposição apenas pretende estabelecer que lei institua parâmetros curriculares, com vigência de dez anos, nos quais seja previsto, nos mesmos termos e com a mesma redação dada ao PL nº 7.181/14, a *“precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.”*

Passemos à análise das propostas à luz do que consagra nossa Constituição Cidadã.

Os incisos II e III do art. 3º da LDB reproduzem literalmente os princípios consagrados no art. 206, II e III, da Constituição Federal, que preconizam entre os princípios a partir dos quais o ensino será ministrado:

“ II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...];”

Os princípios **constitucionais** da liberdade de aprender e do pluralismo de ideias garantem ao aluno o direito de que o professor exponha outros pontos de vista, ainda que com eles não concorde. Assim, cabe ao professor, de um lado, transmitir as informações completas sobre o conteúdo educacional em discussão, de forma a suscitar o debate, e conseqüentemente, o aprendizado crítico, e de outro, respeitar as convicções e os valores de seus alunos.

A legislação educacional não inibe convicções na dimensão religiosa. Ao contrário, o ensino religioso foi reconhecido como parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (art. 33,LDB).

Isto não significa, no entanto, advogar a precedência de valores de ordem familiar sobre a educação escolar.

Aspectos relacionados à educação moral devem envolver a educação para a cidadania e valores republicanos. Aspectos relacionados à educação sexual podem relacionar-se às informações importantes para a saúde do educando e para a saúde pública.

A legislação acerca da educação, no estado Democrático de Direito, tem algo a dizer acerca de valores.

Segundo a LDB, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (art. 2º).

O Preâmbulo da Constituição Federal estabelece que o Estado Democrático de Direito, instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil, destina-se a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como **valores supremos** de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

O respeito às convicções e valores das pessoas e famílias, em harmonia com os valores republicanos, já encontra garantia na legislação educacional e na Constituição Federal.

Conforme se constata no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP (<http://portal.inep.gov.br>), “segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN’s o currículo está **sempre em construção** e deve ser compreendido como um **processo contínuo** que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos os currículos devem ser revistos e sempre aperfeiçoados”.

Assim, não consideramos oportuno congelar os parâmetros por dez anos, sobretudo num novo milênio em que a velocidade das mudanças e novos conhecimentos é avassaladora.

Diante do exposto, ressalvada a meritória preocupação do nobre autor, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 7.180 e 7.181, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado ARIOSTO HOLANDA
Relator